

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2017

DENOMINAÇÃO Associação de Amigos Aposentados de Leça da Palmeira

MORADA Rua do Corpo Santo

N. 60 ANDAR LOCALIDADE Leça da Palmeira

FREGUESIA Leça da Palmeira

CONCELHO Matosinhos

COD. POSTAL 4450 - 644

EM ___ / ___ / ___

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA:

LEÇA DA PALMEIRA, 14/03/2018

L. Palmeira 14 Março 2018

ASSINATURAS:

Yara Almeida / H. Almeida
Paulo Almeida

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Paulo Almeida

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	536,66	353,67
Investimentos financeiros	10.11	96,10	85,27
		632,76	438,94
Activo corrente			
Inventários	5	145,00	106,93
Diferimentos	10.1	44 922,47	66 470,26
Outros ativos correntes	10.12	0,00	1 282,37
Caixa e depósitos bancários	10.2	29 029,71	29 311,11
		74 097,18	97 170,67
Total do ativo		74 729,94	97 609,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.3	10 625,37	10 625,37
Resultados transitados	10.3	19 157,00	27 362,71
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.3	44 680,00	66 240,00
		74 462,37	104 228,08
Resultado líquido do período		-2 415,55	-8 205,71
Total dos fundos patrimoniais		72 046,82	96 022,37
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.4	1 030,84	89,11
Estado e outros entes públicos	10.10	191,05	180,20
Outros passivos correntes	10.5	1 461,23	1 317,93
		2 683,12	1 587,24
Total do passivo		2 683,12	1 587,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		74 729,94	97 609,61

A Direcção

Jose Manuel Gomes Harand
Paulo...

O responsável

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	6	2 415,00	3 128,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10.6	12 818,68	12 660,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-2 824,62	-2 843,61
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-33 526,10	-33 706,74
Gastos com o pessoal	8	-11 123,45	-8 196,79
Outros rendimentos	10.8	30 285,23	21 565,76
Outros gastos	10.9	-120,72	-524,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 075,98	-7 917,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-338,03	-288,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 414,01	-8 205,71
Juros e gastos similares suportados	10.13	-1,54	0,00
Resultados antes de impostos		-2 415,55	-8 205,71
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2 415,55	-8 205,71

A Direção

Jose Ramon Gomes Maravilha
Carla Santa

O responsável

[Assinatura]
 21/12/2017

ASSOCIAÇÃO AMIGOS APOSENTADOS LEÇA PALMEIRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 415,00	3 128,00
Pagamentos a fornecedores		-10 999,23	-14 267,63
Pagamentos ao pessoal		-7 879,27	-5 523,23
Caixa gerada pelas operações		-16 463,50	-16 662,86
Outros recebimentos/pagamentos		16 684,84	12 070,89
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		221,34	-4 591,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-521,02	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		19,82	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-501,20	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-1,54	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1,54	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 311,11	33 903,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período		29 029,71	29 311,11

A Direcção

João Manuel Gomes Karavallas
Manoel Manoel Jr

O Responsável

[Assinatura]

**ASSOCIAÇÃO AMIGOS
APOSENTADOS DE LEÇA DA
PALMEIRA**

Anexo às demonstrações financeiras de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Inventários	8
6	Rédito	9
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	9
8	Benefícios dos empregados	9
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	10
10	Outras Informações	10
10.1	Diferimentos	10
10.2	Caixa e Depósitos Bancários	10
10.3	Fundos Patrimoniais	11
10.4	Fornecedores	11
10.5	Outros passivos correntes	11
10.6	Subsídios, doações e legados à exploração	11
10.7	Fornecimentos e serviços externos	12
10.8	Outros rendimentos	12
10.9	Outros gastos	12
10.10	Estado e Outros Entes Públicos	12
10.11	Investimentos Financeiros	13
10.12	Outros ativos correntes	13
10.13	Resultados Financeiros	13
10.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	13
10.15	Acontecimentos após data de Balanço	14

1 Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO AMIGOS APOSENTADOS DE LEÇA DA PALMEIRA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 162, Série III, com sede em Rua do Corpo Santo, 60, Leça da Palmeira, Concelho de Matosinhos. Tem como objetivo principal o apoio à terceira idade e a título secundário desenvolver atividades de âmbito cultural, de lazer e desportivas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento Informático	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (first in, first out) como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Outras contas a receber

As “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Imposto Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Equipamento Básico	29 035,85	521,02	0,00	0,00	29 556,87
Equipamento Administrativo	2 904,00	0,00	0,00	0,00	2 904,00
Equipamento Informático	1 198,00	0,00	0,00	0,00	1 198,00
Ativo Tangível Bruto	33 137,85	521,02	0,00	0,00	33 658,87
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	28 719,60	300,61	0,00	0,00	29 020,21
Equipamento Administrativo	2 904,00	0,00	0,00	0,00	2 904,00
Equipamento Informático	1 160,58	37,42	0,00	0,00	1 198,00
Depreciações Acumuladas	32 784,18	338,03	0,00	0,00	33 122,21
Ativo Tangível Líquido	353,67	182,99	0,00	0,00	536,66

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

RÚBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	145,00	106,93
Total	145,00	106,93

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

MOVIMENTOS	2017	2016
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo Inicial	106,93	210,99
Compras	2 862,69	2 739,55
Saldo Final	145,00	106,93
Gastos do Período	2 824,62	2 843,61

6 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de Serviços	2 415,00	3 128,00
Quotas e Jóias	2 415,00	3 128,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	19,82	0,00
De depósitos	19,82	0,00
Total	2 434,82	3 128,00

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável	0,00	0,00	12 818,68	0,00	0,00	12 660,00
Camara Municipal de Matosinhos	Não Reembolsável	28 180,00	0,00	16 060,00	44 240,00	0,00	16 065,76
Total		28 180,00	0,00	28 878,68	44 240,00	0,00	28 725,76

8 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem os órgãos sociais são 11, sendo a Direção constituída por 5 elementos, o Conselho Fiscal por 3 elementos e a Assembleia – Geral também por 3. Estes elementos mantiveram-se quer em 2017 quer em 2016.

O número de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2017 bem como do exercício de 2016 foi de 1.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Remunerações ao pessoal	8 878,64	6 497,08
Encargos sobre as Remunerações	1 845,91	1 268,22
Seguros de acidentes de trabalho	398,90	431,49
Total	11 123,45	8 196,79

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	235,81	216,91
Obras Edifícios	44 686,66	66 253,35
Total	44 922,47	66 470,26

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 805,67	580,16
Depósitos à ordem	1 224,04	2 730,95
Outros depósitos bancários	26 000,00	26 000,00
Total	29 029,71	29 311,11

10.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	10 625,37	0,00	0,00	10 625,37
Resultados Transitados	27 362,71	0,00	-8 205,71	19 157,00
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	66 240,00	0,00	-21 560,00	44 680,00
Total	104 228,08	0,00	-29 765,71	74 462,37

10.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores	1 030,84	89,11
Total	1 030,84	89,11

10.5 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar	1 418,68	1 293,20
Outras despesas diferidas	42,55	24,73
Total	1 461,23	1 317,93

10.6 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes	12 818,68	12 660,00
Total	12 818,68	12 660,00

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.7 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	25 128,46	25 116,81
Materiais	869,00	883,70
Energia e fluidos	2 088,75	1 895,87
Deslocações, estadas e transportes	372,96	1471,51
Serviços diversos	4 330,15	4 333,69
Encargos com os Utentes	736,78	5,16
Total	33 526,10	33 706,74

10.8 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	8 705,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	21 560,41	21 565,76
Juros de depósitos	19,82	0,00
Total	30 285,23	21 565,76

10.9 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	0,72	1,80
Quotizações	120,00	60,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	462,43
Total	120,72	524,23

10.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Segurança Social	185,48	174,90
Outras tributações (fundos de compensação)	5,57	5,30
Total	191,05	180,20

10.11 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos Financeiros		
FCT	96,10	85,27
Total	96,10	85,27

10.12 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Outra Contas a Receber		
Outros	0,00	1 282,37
Total	0,00	1 282,37

10.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1,54	0,00
Total	1,54	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	19,82	0,00
Total	19,82	0,00
Resultados Financeiros	18,28	0,00

10.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

As instalações são propriedade da Camara Municipal de Matosinhos não tendo a instituição qualquer encargo com a cedência do edifício.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

- Centro de Convívio: 20

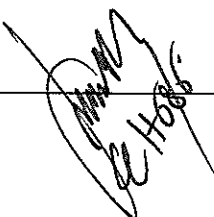
10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

Leça Palmeira, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção

